



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÃ
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E JUVENTUDE
DEPARTAMENTO DE TURISMO

TERMO DE REFERÊNCIA

“DECK DA CHALANA – II FASE” (Complemento da Fase I)
Município de Mairiporã

Mairiporã, 31 de Julho de 2024



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

SUMÁRIO

1.	OJETIVO.....	3
2.	JUSTIFICATIVA.....	3
3.	PRAZO CONTRATUAL.....	4
4.	PRAZO DE GARANTIA.....	4
5.	TIPO DE LICITAÇÃO.....	4
6.	DA PARTICIPAÇÃO.....	4
7.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	4
8.	VISITA TÉCNICA.....	5
9.	CONSIDERAÇÕES.....	6
10.	ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS.....	8
11.	PREÇOS.....	9
12.	BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS – BDI.....	9
13.	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.....	10
14.	ASSINATURAS.....	10



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

1. OBJETO

Este termo de referência tem como objetivo subsidiar na contratação de empresa especializada para a execução de obras de Complemento da I fase do: **“DECK DA CHALANA – II FASE”** no Município de Mairiporã com uma melhoria de infraestrutura turística de acordo com as necessidades.

2. JUSTIFICATIVA

Atendimento aos 06 critérios aprovados pela 206ª reunião do COC: 1. Capacidade para manter, incrementar ou requalificar o fluxo turístico: Complementar melhorias para um melhor acolhimento aos turistas. 2. Associação com atrativo turístico do município: o objeto em pauta, o Deck da Chalana -II FASE, irá complementar mais uma fase além de uma gama de atrativos turísticos já consolidados na cidade, enobrecendo assim, o segmento de turismo balneário, sustentável, contemplação entre outros. 3. Importância na estratégia de desenvolvimento econômico e social para o município: Com a melhoria de infraestrutura no local do objeto, cria-se um desenvolvimento forte da economia municipal, gerando emprego e renda, relacionado a exploração ordenada do turismo sustentável e de contemplação. 4. Consistência entre os objetivos do projeto e as possibilidades de estruturação do destino: O Objetivo do projeto é intensificar as visitas e regulamentar o uso com todas as melhorias que serão distribuídas no local, principalmente gerando acessibilidade, conscientização ambiental e com as reais possibilidades de visibilidade geral do destino de interesse turístico de Mairiporã com fortalecimento do ecoturismo. 5. Aderência às práticas preconizadas nos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS): De acordo com agenda 2030, essa obra contempla os seguintes objetivos sustentáveis: Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parceria>>3,4,6,8,10,11,12,13,15 e 17. 6. Contribuição para o processo de desenvolvimento regional: Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Turismo e Viagens. O Município de Interesse Turístico de Mairiporã é pertencente a região metropolitana de São Paulo, a Rota Turística entre Serras e Águas, ao Consórcio



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

Intermunicipal dos Municípios da Bacia do Rio Juquery (CIMBAJU) e ao Polo de Ecoturismo da Cantareira. O projeto vai incrementar o fluxo de turistas e a qualidades dos serviços turísticos prestados pelo Município

3. PRAZO CONTRATUAL

O prazo contratual será de 4 (Quatro) meses a contar da expedição da ordem de início, a qual se dará após a assinatura do contrato.

4. PRAZO DE GARANTIA

Deverá ser considerado o prazo de cinco anos de garantia do objeto conforme Código Civil “Art. 618, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”.

5. TIPO DE LICITAÇÃO

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.

Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

6. DA PARTICIPAÇÃO

Não será permitida a participação em consórcio.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para atendimento à qualificação **TÉCNICO-PROFISSIONAL**, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional de nível superior, **ARQUITETO OU ENGENHEIRO**, reconhecido pelo CAU ou CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

CAU ou CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas por este Conselho, que comprovem ter profissional, Executado, **SERVIÇOS SIMILARES AOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA** abaixo especificados, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante.

COD.	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE
15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira	SPOBRAS	M3
17-02-11-	PISO DE CONCRETO INTERTRAVADO, ESPESSURA 8CM	SIURB	M2
17-02-50-	GUIA DE CONCRETO RETA OU CURVA, TIPO PMSP	SIURB	M

Para atendimento à qualificação OPERACIONAL, a ser realizada mediante apresentação de Atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, limitadas às parcelas de maior relevância de serviços similares aos definidos na tabela abaixo que deverão constar pelo menos uma vez nos Atestados, obedecidos os quantitativos abaixo, sendo de 50% a 60% da execução pretendida (Súmula 24 do TCE-SP).

COD.	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QUANTIDADE A EXECUTAR	QUANTIDADE MÍNIMA A COMPROVAR NOS
15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira	SPOBRAS	M3	5,28	2,64
17-02-11-	PISO DE CONCRETO INTERTRAVADO, ESPESSURA 8CM	SIURB	M2	337,00	168,50
17-02-50-	GUIA DE CONCRETO RETA OU CURVA, TIPO PMSP	SIURB	M	246,00	123,00

8. VISITA TÉCNICA:

O licitante poderá realizar visita técnica para reconhecimento das particularidades do objeto. Os mesmos deverão apresentar o Atestado de Visita Técnica assinado pela Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude no dia do certame.



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

a) O Atestado de visita técnica (Anexo.) a ser lavrado pela municipalidade em modelo próprio a ser entregue logo após a realização das visitas, as quais deverão ser previamente agendadas através do telefone: (11) 4419-7357 A visita técnica poderá ser efetuada a partir do dia __/__/2024 até o dia __/__/2024 e deverá ser realizada por profissional devidamente credenciado;

Os licitantes que não realizarem visita técnica deverão apresentar declaração assumindo a responsabilidade por não realizar visita técnica.

MODELO

ATESTADO DE VISITA

Atestamos para fins de participação na Concorrência Pública / Tomada de Preço nº ____/2024, conforme exigência editalícia, que a empresa _____, através de _____ (representante legal ou preposto devidamente indicado), realizou visita técnica, tomando assim conhecimento dos principais locais e das condições em que serão executados os serviços.

....., de 2024.

RESPONSÁVEL PELA PREFEITURA

CARIMBO E ASSINATURA

9. CONSIDERAÇÕES

Os serviços referentes ao objeto do contrato deverão estar de acordo com o projeto básico e seus anexos, fornecido pela prefeitura. Qualquer modificação deverá ser autorizada previamente pela FISCALIZAÇÃO, mediante avaliação das eventuais correções. Todos os serviços deverão ser executados em consonância com os projetos, as prescrições contidas neste Termo de Referência, as normas técnicas da ABNT.

A Secretaria de Turismo, poderá adotar, em qualquer época, normas especiais ou suplementares de trabalho, não previstas neste Termo de Referência, mas necessárias, a seu juízo, à segurança e ao bom andamento dos serviços. Essas novas normas passarão a integrar, automaticamente, as Especificações Técnicas. Na existência de serviços não especificados, a Contratada somente poderá executá-los após devida aprovação da Fiscalização. No caso de divergência entre os projetos e a planilha orçamentária, terá



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

prioridade a planilha orçamentária. Conflitos entre este Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Projetos deverão ser informados à Fiscalização. A contratada se responsabiliza, desde já, por qualquer serviço que resulte em danos ou prejuízos à contratante ou a terceiros em decorrência dos serviços executados.

A execução e operação, das obras provisórias e definitivas, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares.

Cabe à contratada, desde o início até o recebimento definitivo, a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras localizadas no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas, ressalvando-se os danos comprovadamente causados pelos ocupantes.

Correrão por conta da contratada todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância das obras provisórias ou definitivas, até o recebimento definitivo das mesmas, pelo contratante.

Após a conclusão dos serviços a contratada deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, os entulhos e as obras provisórias, o escritório de obras, entregando, os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de limpeza e de uso imediato.

A contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo contratante, cujas reclamações, orientações e determinações obrigam-se a atender pronta e irrestritamente.

Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente do contratante.

A fiscalização poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela contratada providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

Sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada perante o contratante ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização do contratante, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

A fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros.

A fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da contratada.

Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela fiscalização ou pela própria contratada, obrigará a mesma, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

A contratada deverá manter permanentemente e colocar à disposição da fiscalização os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro.

A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes. A contratada não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela secretaria de obras, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra. Cabe à contratada o fornecimento de todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho.

10. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

Todos os materiais a serem empregados na obra e nas diversas reposições e reparos deverão satisfazer às especificações da ABNT e DNIT.



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

O custo dos materiais fornecidos pela contratada é considerado posto na obra. Todos os materiais estarão sujeitos à amostragem, testes e aprovação. A amostra será fornecida pela contratada e deverá ser representativa do material a ser usado.

O material ou equipamento que, por qualquer motivo, for recusado pela fiscalização, deverá ser retirado e substituído pela contratada sem nenhum ônus adicional para a municipalidade.

11. PREÇOS

Os preços das unidades definidas na relação quantitativa serão aqueles contratados, e cobrirão todos os custos previstos na composição e regulamentação de preços e todas as despesas indiretas e diretas. Os preços contratados global e unitário estarão limitados superiormente pelo preço orçado pelo órgão, que figurarão como preços máximos. O licitante que apresentar em sua proposta valores superiores ao limite aqui estabelecido estará eliminado do certame.

12. BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

É a taxa percentual que incide sobre todos os preços unitários compostos pela mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, materiais e equipamentos incluindo os tributos e fretes incidentes, salvo condições expressas ao contrário. Remunera as despesas a seguir relacionadas:

Despesas indiretas, estas formando os seguintes itens a seguir listados:

- ✓ Administração central;
- ✓ Seguros/imprevistos;
- ✓ Despesas financeiras;
- ✓ PIS (programa de integração social);
- ✓ ISS (imposto sobre serviço);
- ✓ COFINS;
- ✓ Taxa de lucro;
- ✓ Taxa de risco,



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ
“Município de Interesse Turístico”
Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude
DEPARTAMENTO DE TURISMO

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

As medições dos serviços serão mensais, realizadas pela contratada em conjunto com a fiscalização, mediante a elaboração de um Boletim de Medições, com dados métricos, respeitando os mesmos itens constantes da Planilha de Preços, apresentada pela licitante vencedora, parte integrante do Contrato.

A contratada deverá preencher e apresentar a Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude, para conferência, o Boletim de Medição dos Serviços.

Na hipótese de divergência entre a fiscalização do contrato e a contratada, quanto aos quantitativos executados, o Boletim de Medição deverá ser substituído, pela contratada, com os quantitativos corretos.

Com base no Boletim de Medições devidamente assinado e liberado pela fiscalização, a Secretaria de Turismo, Esportes e Juventude, a contratada poderá emitir a sua fatura mensal, a qual será encaminhada para a Secretaria da Fazenda para pagamento, que ocorrerá em até 25 (vinte e cinco) dias corridos.

Informamos que se trata de convênio entre a Prefeitura de Mairiporã e a Secretaria de Turismo e Viagens do Governo do Estado de São Paulo (DADETUR), onde os serviços executados serão pagos tanto com Recursos Próprios como com Recursos Repassados pelo Governo do Estado de São Paulo, portanto, serviços executados em desacordo, com as Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária e ou Projeto, não serão medidos nem pagos. Após vistorias tanto da fiscalização técnica da Prefeitura, como do órgão fiscalizador do referido Convênio, a liberação e realização dos pagamentos das medições será efetivada mediante ao valor repassado pelo Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Mairiporã.

14. ASSINATURAS

MARGUERITE FIORAVANTE DOS SANTOS
Secretária Adjunta de Turismo, Esportes e Juventude